



Repórter Brasília Edgar Lisboa

edgarlisboa@jornaldocomercio.com.br

Condenação de Eduardo repercute no Congresso

FABIO RODRIGUES POZZEBOM/AGÊNCIA BRASIL/JC



A condenação de Eduardo Bolsonaro (PL) pela Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) provocou forte repercussão no Congresso Nacional e aprofundou a polarização política em Brasília. O ex-deputado foi condenado a 4 anos e 2 meses de prisão em regime semiaberto, perdeu o cargo de escrivão da Polícia Federal, e ficou inelegível por 8 anos, além do pagamento de multa. Ainda cabe recurso.

Acusação envolve pressão internacional

Segundo a acusação acolhida pelo STF, Eduardo Bolsonaro atuou nos Estados Unidos para pressionar autoridades brasileiras e tentar influenciar processos relacionados ao ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), investigado pela tentativa de golpe após as eleições de 2022. Para os ministros, houve coação no curso do processo ao buscar apoio externo para constranger instituições nacionais.

Governistas comemoram decisão

Da tribuna da Câmara, o deputado federal gaúcho Dionilso Marcon (PT) afirmou que a condenação representa mais um capítulo do enfraquecimento político da família Bolsonaro. Segundo ele, Eduardo abandonou o País para atuar contra os interesses nacionais e deve responder perante a Justiça brasileira.

Pressão contra o próprio País

O deputado federal Elvino Bohn Gass (PT) também celebrou a decisão. Para ele, nenhum representante eleito pode utilizar seu mandato para buscar pressão internacional contra o próprio País. Bohn Gass sustentou que a atuação de Eduardo nos Estados Unidos buscou constranger as instituições brasileiras em benefício do pai. "O Brasil é um país soberano e possui uma Justiça independente", afirmou o parlamentar.

Oposição fala em perseguição

A reação mais dura veio da oposição. O deputado federal Marcos Pollon (PL-MS) classificou o julgamento "como um dos episódios mais graves da atual crise institucional brasileira". Na visão de Pollon, "Eduardo Bolsonaro não cometeu crime ao denunciar no exterior o que considera abusos praticados por integrantes do Judiciário".

Conflito de interesses

O parlamentar argumenta que o ex-deputado não teria meios efetivos para influenciar decisões do governo norte-americano, nem de interferir diretamente nos processos em curso no STF. O deputado também criticou a participação do ministro Alexandre de Moraes no julgamento, alegando conflito de interesses.

Judicialização da política

A decisão reforça o cerco jurídico ao núcleo político ligado ao ex-presidente Jair Bolsonaro e amplia a tensão entre Supremo Tribunal Federal (STF) e oposição.

STF aprova ajustes em tese sobre conteúdos nas big techs

Decisão do pleno do tribunal foi confirmada de forma unânime

/ SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

O Supremo Tribunal Federal (STF) proclamou, ontem, o resultado do julgamento de recursos sobre a responsabilidade das big techs por conteúdos ilícitos dos usuários. A decisão foi unânime. De acordo com a tese, a decisão que endureceu o regime de punição das plataformas poderá ser aplicada a ações judiciais em curso, desde que os fatos tenham ocorrido depois do julgamento do mérito, em junho de 2025.

Já as ações que questionam publicações anteriores ao julgamento de 2025 deverão ser julgadas sob o sistema anterior - ou seja, de acordo com o regime do artigo 19 do Marco Civil da Internet, que só permite a punição das plataformas por conteúdos caso elas deixem de cumprir uma ordem judicial de remoção.

Se os atos forem "continuados ou permanentes", porém, ainda cabe a aplicação da nova regra às ações judiciais em curso. É o caso, por exemplo, de uma postagem criminosa que continua disponível nas redes sociais.

A tese ainda garante que as ações transitadas em julgado (sem mais possibilidade de recur-



GUSTAVO MORENO/STF/JC

Ministros determinam 60 dias para que plataformas apliquem as regras

so) não podem ser revistas para aplicar a decisão do Supremo.

A decisão ainda dá 60 dias para que as big techs apliquem as obrigações estruturais determinadas pela corte, como o dever de cuidado para evitar a circulação massiva de conteúdos que configuram crimes graves e a disponibilização de canais de atendimento para pedidos de retirada de conteúdo. O prazo começa a contar a partir da publicação da ata do julgamento dos recursos.

Os ministros chegaram a discutir a possibilidade de impor as

obrigações estruturais somente às redes sociais com mais de 1 milhão de usuários no Brasil, mas essa ressalva não constou da tese.

A corte julgou recursos do Google e do Facebook contra decisão que ampliou a responsabilidade das plataformas por conteúdos criminosos publicados pelos usuários. A decisão abriu espaço para que as empresas sejam responsabilizadas se não removerem postagens que contenham crimes logo após a notificação do usuário. No regime anterior, era necessária uma decisão judicial.

Ciro Nogueira usou família para ocultar desvios, diz PF

/ INVESTIGAÇÃO

Uma rede de empresas ligadas ao senador Ciro Nogueira (PP-PI) utilizou familiares, servidores públicos, beneficiários de programas sociais e dinheiro vivo para esconder recursos ilícitos, parte dos quais a Polícia Federal (PF) acredita que tenha origem no ex-dono do Banco Master, Daniel Vorcaro, e na mesada paga por ele ao parlamentar.

A teia é descrita por investigadores em uma análise de Relatórios de Inteligência Financeira (RFIs) do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) sobre a movimentação do grupo ligado ao clã do senador e que atua no Piauí e no Maranhão.

A PF aponta a existência de um "circuito integrado" de movimentação financeira entre empresas das famílias Nogueira e Vorcaro, em especial a CNLF, do

senador, e a BRGD, controlada por Vorcaro e seus parentes.

Foi por meio deste fluxo que o ex-banqueiro pagou uma mesada ao senador que soma ao menos R\$ 6 milhões entre 2024 e 2025, período que coincide com o agravamento dos problemas do Master e as tentativas de salvar o negócio de Vorcaro.

A PF aponta então para uma estratégia de lavagem de dinheiro por meio de "estruturas recorrentes e interligadas, utilizadas, em tese, para a ocultação, dissimulação e reinserção de recursos de origem incompatível com a capacidade econômico-financeira formal dos envolvidos, tendo como possível beneficiário final o senador Ciro Nogueira".

A Folha de S.Paulo procurou Ciro Nogueira, por meio de sua assessoria de imprensa, no final da tarde desta terça-feira, mas não obteve resposta até a publi-

cação desta reportagem. Também tentou contato com a defesa de Vorcaro, por email e WhatsApp, mas não obteve resposta até a publicação deste texto.

As investigações já identificaram diversos indícios da relação próxima entre Ciro e Vorcaro. Por exemplo, o pagamento de diárias em hotéis de luxo em Nova York e na Europa, viagens juntos e repasses feitos em dinheiro vivo. Além disso, o banqueiro se referia ao parlamentar como "grande amigo de vida".

Segundo a PF, a estrutura funcionaria da seguinte forma: os recursos eram repassados ao clã Nogueira por meio da BRGD, administrada por Felipe Vorcaro (primo de Daniel), por meio de uma fintech chamada PJBank.

Os investigadores apontam que, no período analisado, entre 2020 e 2025, a fintech enviou R\$ 3 milhões ao grupo do senador.